



**CONCESSIONÁRIA ÁGUAS
DE JUTURNAÍBA S/A**

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009**

Rio de Janeiro-RJ - Rua São José, 70 - 21º andar - 20010-020 - Tel (21) 2156-5800 - Fax (21) 2262-6806 - rj@bkr-lobesmachado.com.br

Empresas Controladas/Ligadas

São Paulo-SP - sp@bkr-lobesmachado.com.br - Tel (11) 5041-4610 - Fax (11) 5041-4536

Belo Horizonte-MG - auditoria@bkrhq.com.br - Telefax (31) 2122-3210

Salvador-BA - treina.ba@bkr-lobesmachado.com.br - Telefax (71) 3113-2226 / 2229

Porto Alegre-RS - poa@bkr-lobesmachado.com.br - Tels (51) 3112-4821 / 4533 / 4912 - Fax (51) 3211-4077

Recife-PE - recife@bkr-lobesmachado.com.br - Tels (81) 3325-6041 / 6040 / 6171 - Fax (81) 3325-6041 / 6171

Manaus-AM - am@bkr-lobesmachado.com.br - Tels (92) 3234-9989 / 9992 - Telefax (92) 3234-9987

Macaé-RJ - macae@bkr-lobesmachado.com.br - Tel (22) 2772-6896 - Telefax (22) 2772-7455

BKR INTERNATIONAL

www.bkr.com

Américas - Nova York - NY - EUA - Tel (1) (212) 964-2115 - Fax (1) (212) 964-2133 - bkr@bkr.com - Contato: Maureen M. Schwartz - Diretora Executiva



CONCESSIONÁRIA ÁGUAS DE JUTURNAÍBA S/A

Demonstrações Contábeis

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

Conteúdo

Relatório dos Auditores Independentes

Balanços Patrimoniais

Demonstrações dos Resultados

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Rio de Janeiro-RJ - Rua São José, 70 - 21º andar - 20010-020 - Tel (21) 2156-5800 - Fax (21) 2262-6806 - rj@bkr-lobesmachado.com.br

Empresas Controladas/Ligadas

São Paulo-SP - sp@bkr-lobesmachado.com.br - Tel (11) 5041-4610 - Fax (11) 5041-4536

Belo Horizonte-MG - auditoria@bkrhq.com.br - Telefax (31) 2122-3210

Salvador-BA - treina.ba@bkr-lobesmachado.com.br - Telefax (71) 3113-2226 / 2229

Porto Alegre-RS - poa@bkr-lobesmachado.com.br - Tels (51) 3112-4821 / 4533 / 4912 - Fax (51) 3211-4077

Recife-PE - recife@bkr-lobesmachado.com.br - Tels (81) 3325-6041 / 6040 / 6171 - Fax (81) 3325-6041 / 6171

Manaus-AM - am@bkr-lobesmachado.com.br - Tels (92) 3234-9989 / 9992 - Telefax (92) 3234-9987

Macaé-RJ - macae@bkr-lobesmachado.com.br - Tel (22) 2772-6896 - Telefax (22) 2772-7455

BKR INTERNATIONAL

www.bkr.com

Américas - Nova York - NY - EUA - Tel (1) (212) 964-2115 - Fax (1) (212) 964-2133 - bkr@bkr.com - Contato: Maureen M. Schwartz - Diretora Executiva



Relatório dos Auditores Independentes

À
Diretoria da
Águas de Juturnaíba S.A.
Araruama – RJ

Examinamos as demonstrações contábeis da Águas de Juturnaíba S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

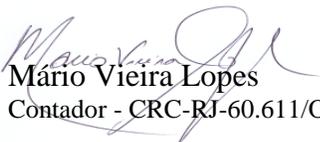
Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Águas de Juturnaíba S.A., em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2011.


Mário Vieira Lopes
Contador - CRC-RJ-60.611/O



CONCESSIONÁRIA ÁGUAS DE JUTURNÁIBA S/A

Balancos Patrimoniais

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

(Em reais)

	Nota	2010	2009		Nota	2010	2009
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	130.302	1.861.017	Fornecedores		3.791.418	3.623.849
Contas a receber de clientes	6	5.129.077	4.939.522	Empréstimos e financiamentos	14	2.219.315	1.755.045
Estoques para consumo	7	2.796.754	298.707	Impostos e contribuições sociais a recolher	15	257.852	287.798
Depósitos judiciais	8	330.224	374.401	Provisões trabalhistas		773.290	571.637
Tributos a recuperar	9	570.464	9.726	ICMS a devolver - clientes	16	8.648.553	-
Despesas antecipadas		129.574	87.747	Outros exigíveis		515.846	487.981
Outros créditos		383.130	223.055			<u>16.206.274</u>	<u>6.726.310</u>
		<u>9.469.525</u>	<u>7.794.175</u>				
Não Circulante				Não Circulante			
Realizável a longo prazo				Empréstimos e financiamentos	14	9.125.126	9.090.126
Depósitos judiciais	8	1.326.792	7.540.347	Provisão para contingências	17	1.736.642	2.004.385
Créditos tributários	10	-	2.353.482	Impostos e contribuições sociais a recolher		-	6.272.882
		<u>1.326.792</u>	<u>9.893.829</u>	Débitos com partes relacionadas	18	1.843.050	9.162.635
						<u>12.704.818</u>	<u>26.530.028</u>
Imobilizado	11	339.708	31.480.880	Patrimônio líquido			
Intangível	12	33.080.446	46.325	Capital social realizado	19	26.778.135	26.778.135
Diferido	13	46.421	133.138	Prejuízos acumulados		(11.426.335)	(10.686.126)
		<u>34.793.367</u>	<u>41.554.172</u>			<u>15.351.800</u>	<u>16.092.009</u>
		<u>44.262.892</u>	<u>49.348.347</u>			<u>44.262.892</u>	<u>49.348.347</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



CONCESSONÁRIA ÁGUAS DE JUTURNAÍBA S/A

Demonstrações dos Resultados

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

(Em reais)

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Receita operacional bruta		
Prestação de serviços, líquida de cancelamentos	32.282.022	27.957.748
Receita de Construção - ICPC 01	3.782.196	4.325.106
Deduções da receita operacional bruta		
Tributos incidentes sobre o faturamento	(3.090.352)	(2.621.516)
Descontos concedidos	(4.103)	(9.775)
Taxa AGENERSA	(142.533)	(124.306)
Receita operacional líquida	32.827.230	29.527.257
Custo dos serviços prestados	(18.038.529)	(15.451.738)
Construção - ICPC 01	(3.782.196)	(4.325.106)
Lucro bruto	<u>11.006.505</u>	<u>9.750.413</u>
Receitas (despesas) operacionais		
Gerais e administrativas	(7.450.137)	(5.916.541)
Outras receitas e (despesas) operacionais:		
Perdas no recebimento de créditos	(1.213.772)	(1.757.737)
Provisão para contingências	241.845	(770.965)
Outorga	(11.123)	-
Outras	217.715	172.985
	<u>(8.215.472)</u>	<u>(8.272.258)</u>
Resultado operacional	<u>2.791.033</u>	<u>1.478.155</u>
Resultado financeiro		
Receitas financeiras	833.210	660.274
Despesas financeiras	(2.004.286)	(2.055.824)
	<u>(1.171.076)</u>	<u>(1.395.550)</u>
Lucro antes da contribuição social e do imposto de renda	<u>1.619.957</u>	<u>82.605</u>
Contribuição social	(622.981)	(77.788)
Imposto de renda	(1.730.502)	(186.893)
Prejuízo líquido do exercício	<u>(733.526)</u>	<u>(182.076)</u>
Quantidade de ações	<u>5.700</u>	<u>5.700</u>
Prejuízo por ações	<u>(128,69)</u>	<u>(31,94)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



CONCESSIONÁRIA ÁGUAS DE JUTURNAÍBA S/A

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

(Em reais)

	Capital Social			Prejuízos acumulados	Total
	Capital social autorizado	Capital a integralizar	Capital social realizado		
Saldos em 31 de Dezembro de 2008	30.000.000	(3.221.865)	26.778.135	(10.504.050)	16.274.085
Prejuízo do exercício	-	-	-	(182.076)	(182.076)
Saldos em 31 de dezembro de 2009	30.000.000	(3.221.865)	26.778.135	(10.686.126)	16.092.009
Prejuízo do exercício	-	-	-	(733.526)	(733.526)
Resultado de exercícios anteriores				(6.683)	(6.683)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	<u>30.000.000</u>	<u>(3.221.865)</u>	<u>26.778.135</u>	<u>(11.426.335)</u>	<u>15.351.800</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



CONCESSIONÁRIA ÁGUAS DE JUTURNAÍBA S/A

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Períodos Findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

(Em reais)

	2010	2009
		Reclassificado
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo líquido do exercício	(733.526)	(182.076)
Ajustes para conciliar o prejuízo líquido ao caixa e equivalentes de caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	2.695.788	1.700.230
Despesas/Receitas de juros	1.534.114	1.891.722
Tributos Diferidos	2.353.482	-
Provisão para Devedores Duvidosos	1.213.772	1.757.737
Crédito Tributário (PIS/COFINS)	(1.225.946)	(915.895)
Outros Ajustes LLE	(74.727)	53.157
	<u>5.762.957</u>	<u>4.304.875</u>
Variações nos ativos e passivos operacionais		
Contas a receber	(1.403.328)	(2.572.112)
Estoques para consumo	(1.949.359)	(75.331)
Depósitos judiciais	6.257.731	(62.160)
Despesas antecipadas	(41.827)	17.709
Outros ativos circulantes	505.134	857.227
Fornecedores	167.569	1.068.583
Impostos e contribuições sociais	8.887	86.690
Imposto de renda e contribuição social	(38.833)	18.731
Provisões trabalhistas	201.653	100.048
Contas a pagar e outras obrigações	8.676.418	312.941
Provisão para contingências não circulante	(267.743)	706.701
Outros obrigações não circulante	(6.272.882)	8.621
Juros pagos	(1.129.863)	(1.161.735)
	<u>10.476.514</u>	<u>3.610.788</u>
Recursos líquidos gerados pelas atividades operacionais		
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições ao imobilizado/intangível, líquido	(4.982.663)	(4.460.121)
	<u>(4.982.663)</u>	<u>(4.460.121)</u>
Recursos líquidos utilizados nas atividades de investimentos		
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Empréstimos e financiamentos	4.859.223	7.381.594
Amortização de empréstimos e financiamentos	(12.083.790)	(4.879.053)
	<u>(7.224.567)</u>	<u>2.502.541</u>
Recursos líquidos aplicados nas atividades de financiamentos		
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	<u>(1.730.715)</u>	<u>1.653.208</u>
Demonstração do aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		
No início do período	1.861.017	207.809
No fim do período	<u>130.302</u>	<u>1.861.017</u>
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	<u>(1.730.715)</u>	<u>1.653.208</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.





CONCESSIONÁRIA ÁGUAS DE JUTURNAÍBA S/A

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

(Em reais)

1 - Contexto operacional

A Águas de Juturnaíba S/A (a “concessionária), sociedade por ações de capital fechado, com sede no Município de Araruama-RJ, controlada pela Saneamento Ambiental Águas do Brasil S/A, é uma sociedade de propósito específico de concessão entre as Prefeituras dos Municípios de Araruama (inclusive Iguaba Pequena e São Vicente de Paula), Saquarema (inclusive Bacaxá), Silva Jardim, a Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro – AGENERSA e a Águas de Juturnaíba S/A (concessionária), através do Contrato de Concessão nº 03/96 de 01 de Dezembro de 1997, com prazo de 25 anos a partir da ordem de serviço inicial do contrato, que foi em 15 de Janeiro de 1998, tendo sido o presente contrato prorrogado por mais 180 meses, conforme deliberação AGENERSA nº 585 de 30 de Junho de 2010, com término previsto para 15 de janeiro de 2039. Seu objeto é a gestão integrada dos sistemas e serviços de saneamento básico de água e de esgotos sanitários no perímetro urbano dos Municípios de Araruama (inclusive Iguaba Pequena e São Vicente de Paula), Saquarema (inclusive Bacaxá) e Silva Jardim, Estado do Rio de Janeiro. O Serviço Público de Água e Esgoto compreende os serviços de operação, conservação, manutenção, modernização, ampliação, exploração, e a cobrança direta aos usuários dos serviços, abrangendo, ainda, estudos técnicos, serviços e obras necessários à consecução deste objeto ao longo do período de Concessão.

A remuneração da concessionária pelos serviços prestados considera a tarifa contratual, conforme proposto no contrato de concessão e tem por base os volumes de água e esgoto faturáveis e aos demais serviços, de forma a possibilitar a devida remuneração do capital investido pela concessionária. A tarifa, conforme contrato, será reajustada anualmente ou toda vez que for comprovada quebra do equilíbrio econômico-financeiro para uma das partes, de forma a realizar a devida remuneração dos custos de operação, manutenção e financiamentos, decorrentes dos investimentos realizados.

O presente contrato de concessão prevê pagamento de taxa mensal a Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro – AGENERSA onde o percentual de 0,50% é aplicado sobre o faturamento líquido oriundo do fornecimento de água tratada e coleta e tratamento de esgoto.

Findo o prazo da presente concessão, todos os bens públicos e instalações utilizadas pela concessionária, bem como todas as obras e instalações por ela realizadas para operar plenamente os serviços concedidos, serão revertidos automaticamente para as Prefeituras dos Municípios de Araruama (inclusive Iguaba Pequena e São Vicente de Paula), Saquarema (inclusive Bacaxá) e Silva Jardim.



. 2 .

CONCESSIONÁRIA ÁGUAS DE JUTURNAÍBA S/A

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Em 2010 houve a conclusão da 2ª Revisão quinquenal que propiciou o reequilíbrio tarifário, a eliminação da outorga e a ampliação do prazo de contrato em 180 meses.

2 - Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei por Sociedades por Ações e as normas estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) que incluem os novos dispositivos introduzidos pela Lei nº 11.638/07, Lei nº 11.941/09, e nos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Durante o ano de 2009, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu e o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aprovou diversos Pronunciamentos Técnicos, Interpretações e Orientações cuja vigência é mandatória apenas para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2010, com requerimento de que as Companhias efetuem reapresentação das demonstrações contábeis do exercício comparativo.

As demonstrações contábeis são apresentadas conforme a totalidade dos Pronunciamentos Técnicos (“CPC”) emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, em convergência com as normas internacionais de contabilidade – IFRS, emitidas pelo IASB. Dessa forma, na preparação e apresentação das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, foi necessário proceder a ajustes ou alterações na interpretação, avaliação, contabilização, apresentação e divulgação das demonstrações contábeis.

Na avaliação da Administração da concessionária os principais Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo CPC, os pronunciamentos ou interpretações que produziram impactos ou que são aplicáveis às demonstrações contábeis da concessionária, são os seguintes:

- CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos;
- CPC 03 – Demonstração de Fluxo de Caixa;
- CPC 04 – Ativo Intangível;
- CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas;
- CPC 06 – Operações de Arrendamento Mercantil;
- CPC 12 – Ajuste a Valor Presente;





. 3 .

CONCESSIONÁRIA ÁGUAS DE JUTURNAÍBA S/A

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

- CPC 13 – Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08;
- CPC 15 – Combinação de Negócios;
- CPC 16 – Estoques;
- CPC 17 - Contratos de Construção – este pronunciamento é correlacionado ao IAS 11 Contratos de Construção e define critérios para identificação de um contrato de construção, formas de agrupamento e divisão destes contratos, o reconhecimento das receitas e custos de construção bem como os requerimentos para divulgação.

A concessionária adotou os critérios descritos no CPC 17 em função da natureza de suas operações – serviços de concessão pública – conforme requerido pela Interpretação ICPC 01 - Contratos de Concessão;

- CPC 18 – Investimentos em Coligada e Controlada;
- CPC 20 – Custos de Empréstimos;
- CPC 21 – Demonstrações Intermediárias;
- CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, é correlacionado ao IAS 8. Este pronunciamento define critério para a seleção e mudanças de políticas e estimativas contábeis, bem como o tratamento contábil, a divulgação de mudanças e estimativas contábeis, o tratamento de retificação de erros, assim como estes devem ser reconhecidos de forma consistente nas demonstrações contábeis e divulgados quando ocorrerem mudanças nas estimativas ou identificação de erros;
- CPC 24 – Evento Subseqüente;
- CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, correlacionado ao IAS 37. Este pronunciamento determina os critérios de reconhecimento e bases de mensuração para provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, bem como os requerimentos de divulgação.

A concessionária já registra suas provisões em conformidade com o CPC 25, em razão de ser um procedimento já praticado anteriormente e comum às suas operações;

- CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis;





. 4 .

CONCESSIONÁRIA ÁGUAS DE JUTURNAÍBA S/A

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

- CPC 27 - Ativo Imobilizado, correlacionado ao IAS 16. Este pronunciamento aborda os aspectos de registro, controle e mensuração subsequente dos ativos fixos, requerendo que as vidas úteis e valores residuais dos ativos imobilizados sejam revistos periodicamente e ajustados, quando necessário, conforme CPC 23, dentre outros requerimentos.

A adoção deste Pronunciamento não gerou impactos significativos na concessionária, uma vez que tanto as vidas úteis quanto os valores residuais dos ativos imobilizados já refletiam as estimativas para o consumo dos ativos da Administração;

- CPC 30 – Receitas, correlacionado ao IAS 18. A adoção deste Pronunciamento não gerou impactos significativos na concessionária, uma vez que seus requerimentos já eram por ela adotados;
- CPC 37 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. Trata da adoção inicial dos pronunciamentos internacionais de contabilidade: isenções opcionais e exceções obrigatórias, em conformidade com os demais pronunciamentos emitidos pelo CPC;
- CPC 41 – Resultado por Ação;
- CPC 43 – Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 40;
- ICPC 01 – Contratos de Concessão, correlacionada à norma interpretativa internacional IFRIC 12. Esta interpretação estabelece os princípios gerais sobre o reconhecimento e a mensuração das obrigações e os respectivos direitos dos contratos de concessão, contabilização dos ativos da infraestrutura relacionados aos contratos de concessão da relação público-privada, nas demonstrações contábeis do operador (refere-se à entidade privada). É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo eles revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para operar a infra-estrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato.

A adoção desta interpretação resultou em reclassificações e ajustes materiais nas demonstrações contábeis da concessionária. Os ativos direta e indiretamente vinculados às concessões foram reclassificados em ativo intangíveis, seguindo os critérios descritos na norma;



. 5 .

CONCESSIONÁRIA ÁGUAS DE JUTURNAÍBA S/A

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

- ICPC 08 – Contabilização de Proposta de Pagamento de Dividendos, sem correlação direta com uma norma ou interpretação do IFRS, esta interpretação fornece orientações sobre os critérios para contabilização dos dividendos, de acordo com as orientações contidas no CPC 24 e no CPC 25. A ICPC 08 determina que o dividendo mínimo obrigatório estabelecido pelo Estatuto da Companhia ou, se esse for omissivo, pela Lei 6.404/76, deva ser registrado como um passivo na data do encerramento do exercício social e que o dividendo adicional ao mínimo obrigatório seja registrado como passivo somente quando aprovado pela Assembléia de Acionistas ou outro órgão competente, ou pago pela Companhia, o que ocorrer primeiro;
- ICPC 09 – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial;
- ICPC 10 – Interpretação sobre a Aplicação Inicial do Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27,28,37 e 43. Em função da mudança da prática contábil brasileira para plena aderência ao processo de convergência às práticas internacionais, permite na adoção inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 27 e CPC 28, a opção de proceder a ajustes nos saldos iniciais dos ativos imobilizados e propriedades para investimento à semelhança do que é permitido pelas normas internacionais de contabilidade, com a utilização do conceito de custo atribuído (“deemed cost”), em consonância com os Pronunciamentos Técnicos CPC 37 e 43.

Considerando a não relevância do valor de seus ativos imobilizados em relação à totalidade dos seus ativos operacionais, e, na geração futura de caixa, a Administração da Companhia optou pelo não ajuste do valor contábil desses ativos;

- OCPC 02 – Esclarecimentos sobre as Demonstrações Contábeis de 2008;
- OCPC 05 – Contratos de Concessão.

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2010 e 2009, juntamente com composição dos saldos das principais rubricas, estão descritas nas notas seguintes:

3 - Adoção das Normas Contábeis Internacionais

As principais alterações nas práticas contábeis promovidas pela concessionária pela aplicação das normas contábeis internacionais foram em decorrência da “ICPC 01 – Contratos de Concessões”, onde reconheceu como intangível o imobilizado relativo à construção de infraestrutura.





. 6 .

CONCESSIONÁRIA ÁGUAS DE JUTURNAÍBA S/A

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

De acordo com a ICPC 01, caso o poder concedente (refere-se ao poder público) tenha o controle sobre os ativos da infraestrutura não podem ser reconhecidos como ativo imobilizado do operador, estes ativos devem ser reconhecidos no balanço patrimonial como um ativo intangível, representando o direito de explorar os serviços públicos, cobrar dos usuários pelo serviço prestado, ou um ativo financeiro, representando o direito incondicional de receber caixa pela construção dos ativos da infraestrutura, seja diretamente do poder concedente ou por quem ele indicar. Ainda segundo esta interpretação, as receitas e custos de construção dos ativos da infraestrutura devem ser reconhecidos conforme o CPC 17.

O ativo intangível será reconhecido e, subsequentemente, mensurado conforme CPC 04 e o ativo financeiro é classificado inicialmente como um Instrumento Financeiro conforme o CPC 39 e, subsequentemente, mensurado conforme o CPC 38.

Ainda conforme a interpretação do ICPC 01, um ativo financeiro é mensurado pelo direito incondicional da concessionária em receber do poder concedente em dinheiro ou qualquer outra forma de pagamento, os valores preestabelecidos no contrato, mesmo quando não houver a efetiva utilização do serviço pelo usuário e um ativo intangível caracteriza-se entre outras situações por:

- a concessionária adquire o direito de cobrar diretamente do usuário pela prestação do serviço;
- a concessionária assume todos os riscos do contrato e nesse caso, não possui o direito incondicional de receber do poder concedente qualquer forma de pagamento.

Para fins de divulgação, a construção de infraestrutura é considerada prestação de serviços ao Poder Concedente, sendo que a correspondente receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao custo, tendo em vista que não existe margem definida pelo Poder Concedente para esse serviço e considerando que a administração não entende a construção de infraestrutura como fonte de receita e, portanto, de resultado.



. 7 .

CONCESSIONÁRIA ÁGUAS DE JUTURNAÍBA S/A

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Segue abaixo, o quadro com as demonstrações do impacto nas demonstrações da concessionária, após os ajustes efetuados em decorrência da ICPC 01.

Quadro 1 - Efeitos da Adoção da ICPC 01 no Ativo

Contas	Saldo antes da aplicação da ICPC 01 (*)	Ajustes referentes aos registros de 2009	Saldo em Dez/10 após ajustes 2009	Ajustes referentes aos registros de 2010	Saldo após a aplicação da ICPC 01 em 31/12/2010
Imobilizado	32.913.969	-34.612.505	-1.698.536	2.038.244	339.708
Intangível	44.428	34.605.822	34.650.250	-1.569.803	33.080.446

(*) essa demonstração refere-se ao saldo do imobilizado de 2009 com impacto da movimentação de 2010

Quadro 2 - Efeitos da Adoção da ICPC 01 no Patrimônio Líquido

Contas	Saldo antes da aplicação da ICPC 01 (*)	Ajustes referentes aos registros de 2009	Saldo em Dez/10 após ajustes 2009	Ajustes referentes aos registros de 2010	Saldo após a aplicação da ICPC 01 em 31/12/2010
Resultado Acumulado	-	-6.683	-6.683	-	-6.683

Quadro 3 - Efeitos da Adoção da ICPC 01 no Resultado

Contas	Saldo antes da aplicação da ICPC 01 (*)	Ajustes referentes aos registros de 2009	Saldo em Dez/10 após ajustes 2009	Ajustes referentes aos registros de 2010	Saldo após a aplicação da ICPC 01 em 31/12/2010
Depreciação	2.006.918	-	2.006.918	-1.932.163	74.755
Amortização	107.274	-	107.274	2.513.759	2.621.032

4 - Principais Práticas Contábeis

a. Apuração do Resultado

O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas de serviços de tratamento de água e de coleta e tratamento de esgoto são reconhecidas por ocasião da prestação de serviços.



. 8 .

CONCESSIONÁRIA ÁGUAS DE JUTURNAÍBA S/A

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

b. Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos significativos que incluem a provisão para créditos de liquidação duvidosa, o imposto de renda diferido ativo, a provisão para contingências e, ativos e passivos relacionados a benefícios a empregados.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A concessionária revisa as estimativas e premissas pelo menos anualmente.

c. Aplicações financeiras

As aplicações financeiras compreendem investimentos em títulos de renda fixa lastreados por CDB-DI, demonstrados pelo valor de aplicação, acrescidos dos rendimentos proporcionalmente auferidos até a data do balanço, que se aproxima ao valor de mercado, em conformidade com os CPCs nº 38 a 40.

d. Contas a receber de serviços prestados de tratamento de água/esgoto

São reconhecidas pelos valores medidos e faturados, bem como as receitas oriundas dos serviços que ainda não foram faturados, mas contabilizados em conformidade com o regime de competência.

e. Perdas no recebimento de créditos

A Sociedade baixou os créditos a receber de clientes, vencidos há mais de 180 dias, até o limite de R\$ 5.000 (cinco mil reais), por nota fiscal, com o correspondente registro em conta de despesa, de acordo com a Lei nº 9.430/96.

Os créditos de contas a receber, de valores acima de R\$ 5.000 (cinco mil reais) até R\$ 30.000 (Trinta Mil Reais), por operação, vencidas há mais de um ano, foram contabilizados em conta de despesa tendo como contrapartida, a conta redutora de contas a receber.

Ainda, os valores de notas fiscais acima de R\$ 30.000 (Trinta Mil Reais), bem como vencidas há mais de 31 dias são registradas em conta de resultado com perdas não dedutíveis para efeito de imposto de renda e contribuição social.



. 9 .

CONCESSIONÁRIA ÁGUAS DE JUTURNAÍBA S/A

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

f. Estoques para consumo

Avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, que não excede o valor de mercado ou os valores líquidos de realização e/ou os de reposição.

g. Imobilizado

O imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição dos bens e direitos do imobilizado.

A depreciação é calculada segundo o método linear às taxas mencionadas na nota explicativa nº 11 e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens.

Os bens registrados no imobilizado não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos e se caracterizam, principalmente, por bens de uso geral.

Para os bens anteriormente registrados no imobilizado e considerados como “Concessão/Infraestrutura”, os mesmos foram transferidos para a conta de Intangível, em conformidade com a ICPC 01.

h. Intangível

Determinados ativos intangíveis já reconhecidos antes da adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, que atendem os requisitos específicos do Pronunciamento Técnico CPC 04 - Ativo Intangível, aprovado pela Deliberação CVM 553, foram reclassificados do grupo de contas do ativo imobilizado e do ativo diferido para o grupo de contas específico de ativos intangíveis.

Como resultado da adoção da ICPC 01, em 31 de dezembro de 2010, a concessionária reclassificou para a rubrica intangível os bens considerados como “Concessão/Infra-estrutura”.

i. Diferido

Registrado ao custo de aquisição e formação, deduzido da amortização, a qual é calculada segundo o método linear às taxas que levam em consideração o prazo de vida útil dos ativos. O saldo do ativo diferido em 31 de dezembro de 2008 será mantido até a sua realização total por meio de amortização ou baixa contra resultado.

j. Ajuste a valor presente

Não foram identificados, nas contas de ativos e passivos circulantes e não circulantes valores que necessitassem lançamentos de ajustes ao valor presente, conforme preconiza o CPC 12.





. 10 .

CONCESSIONÁRIA ÁGUAS DE JUTURNAÍBA S/A

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

k. Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de impairment)

Os ativos da empresa são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda e se houver, a mesma é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassar seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso do ativo.

Em 2010 não foi identificado nenhum evento indicando a não recuperabilidade dos ativos da empresa.

l. Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data dos balanços.

m. Empréstimos e financiamentos

Estão apresentados pelo valor principal, acrescidos dos encargos financeiros incorridos *pro rata temporis* até a data das demonstrações contábeis.

n. Imposto de renda e contribuição social

A empresa adota o Lucro Real como regime de tributação para apuração do imposto de renda e contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social, do exercício corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.000 anuais para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

o. Salários e encargos

Os salários, incluindo provisões para férias, 13º salário e os pagamentos complementares negociados em acordos coletivos de trabalho, adicionados dos encargos sociais correspondentes, são apropriados pelo regime de competência.

A provisão para participação nos resultados é constituída de acordo com a competência, sendo contabilizada como despesa operacional.



. 11.

CONCESSIONÁRIA ÁGUAS DE JUTURNAÍBA S/A

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

p. Provisão para contingências

As provisões para contingências conhecidas nas datas dos balanços, são constituídas mediante avaliação e quantificação dos riscos relacionados a assuntos tributários, trabalhistas ou cíveis, cuja probabilidade de perda em processos que envolvam discussão judicial é considerada provável, na opinião da Administração e de seus assessores legais, estando em conformidade com o CPC 25.

q. Partes relacionadas

A concessionária reconhece como parte relacionada, as transações financeiras com seu acionista controlador e com as empresas a ele ligados, direta ou indiretamente, desde que haja com essas empresas relações contratuais formalizadas que gerem transações financeiras.

r. Destinação dos resultados

No encerramento do ano, a concessionária destina seus resultados entre dividendos e reservas na forma prevista na legislação societária. Com relação aos dividendos, a distribuição é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis com base na legislação societária brasileira e no Contrato Social da concessionária. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas ou pago, o que ocorrer primeiro.

5 - Caixa e Equivalentes de Caixa

	2010	2009
Caixa e bancos	114.722	301.243
Aplicações financeiras	15.580	1.559.774
	<u>130.302</u>	<u>1.861.017</u>

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, remuneradas a taxas que variam entre 100% e 102% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.



. 12 .

CONCESSIONÁRIA ÁGUAS DE JUTURNAÍBA S/A

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

6 - Contas a Receber de Clientes

	2010	2009
Clientes	5.759.292	5.545.127
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.784.692)	(1.869.552)
	<u>3.974.600</u>	<u>3.675.575</u>
Clientes - parcelamento	837.944	917.593
Pontos arrecadadores	75.311	105.538
Outras contas a receber	241.222	240.817
	<u>5.129.077</u>	<u>4.939.522</u>

- As contas “Clientes” e “Provisão para créditos de liquidação duvidosa” representam o saldo de contas emitidas e ainda não recebidas com vencimento em até 30 dias, além dos valores ainda não faturados (Ajuste por Competência) no valor de R\$ 1.627.335 em 31 de dezembro de 2010 (R\$ 1.549.110 em 2009)
- A conta de “Clientes – parcelamento” refere-se a acordos firmados entre os clientes e a concessionária para a quitação de seus débitos.
- Os “Pontos arrecadadores” são agentes arrecadadores que já receberam as contas dos clientes e ainda não repassaram para a concessionária.

7 - Estoques

<u>Descrição</u>	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Material Hidráulico	352.589	214.376
Material Eletro-mecânico	155.496	40.427
Material de Laboratório	704	-
Material de Construção	5.952	8.574
Produtos Químicos	31.488	12.904
Materia Escritório/Informática	25.541	6.037
Uniformes	12.715	4.952
Equipamentos de EPI	23.989	11.438
	<u>608.473</u>	<u>298.707</u>
Estoques em Poder de Terceiros	2.188.281	-
	<u>2.796.754</u>	<u>298.707</u>



CONCESSIONÁRIA ÁGUAS DE JUTURNAÍBA S/A

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Os materiais classificados nesta conta são utilizados na reposição ou instalações nas redes de água e esgoto. O Estoque é avaliado ao custo médio de aquisição ou de produção, que não excede o valor de mercado ou os valores líquidos de realização e/ou os de reposição.

Em 2010, a concessionária levantou uma linha de crédito de FINAME PSI, junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento – BNDES, com a finalidade de expansão e modernização de sua infraestrutura (maiores detalhes vide nota nº 14). Uma grande parte dos equipamentos adquiridos através do FINAME PSI, em 31 de dezembro de 2010, encontravam-se ainda em poder dos fornecedores e em contra-partida, para melhor controle da concessionária, constam como “Estoque em Poder de Terceiros”.

8 - Depósitos Judiciais

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Circulante		
Depósitos de contingências trabalhistas	-	6.452
Depósitos de contingências cíveis	330.224	367.949
	<u>330.224</u>	<u>374.401</u>
Não Circulante		
ICMS sobre tarifa de água	-	6.307.088
Depósitos de contingências trabalhistas	95.741	99.560
Depósitos de contingências cíveis	407.833	573.064
(*) Icms Demanda Contratada - AMPLA	823.218	560.635
	<u>1.326.792</u>	<u>7.540.347</u>

(*) Em 2006 a empresa impetrou ação para o não recolhimento de ICMS incidente sobre a parcela não utilizada da demanda reservada de energia elétrica contratada, uma vez que a administração entende não configurar fato gerador de ICMS a mercadoria não entregue. A empresa vem procedendo depósitos judiciais das quantias referentes ao ICMS. No resultado do julgamento em 1ª Instância a empresa obteve sentença parcialmente favorável. O processo vai ser encaminhado ao tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro para julgamento das apelações.



. 14 .

CONCESSIONÁRIA ÁGUAS DE JUTURNAÍBA S/A

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

9 - Tributos a Recuperar

Representado em sua maioria por créditos tributários referentes a impostos e contribuições saldo negativos e ASEP a recuperar de exercícios anteriores.

	2010	2009
Contribuição Social - Saldo negativo	43.172	-
Imposto de Renda - Saldo negativo	517.566	-
Outros	9.726	9.726
	<u>570.464</u>	<u>9.726</u>

10 - Créditos Tributários

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizadas na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaborados e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

A sociedade constituiu créditos tributários relativos a adições temporárias de ICMS em litígio, apresentando em 31 de dezembro de 2009 um montante de R\$ 2.353.482, sendo R\$ 1.730.501 a título de imposto de renda diferido e R\$ 622.981 de contribuição social diferida.

Em 2010 houve estorno dos saldos dos créditos tributários, em função dos respectivos prejuízos observados nos últimos 3 anos e a não observância de lucros futuros.

11 - Imobilizado

	Taxa de Depreciação Anual	2010		2009	
		Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Equipamentos de informática	20%	424.497	(270.412)	154.085	104.554
Móveis e Utensílios	10%	175.737	(70.169)	105.568	43.874
Veículos	20%	151.044	(81.293)	69.751	49.685
Outros imobilizados	10%	61.922	(51.619)	10.303	22.401
		<u>813.200</u>	<u>(473.493)</u>	<u>339.708</u>	<u>220.514</u>

Como resultado da adoção da interpretação da ICPC 01, em 31 de dezembro de 2010, a concessionária reclassificou para a rubrica Intangível o montante de R\$ 33.036.018 referente aos ativos oriundos do Contrato de Concessão.





. 15 .

CONCESSIONÁRIA ÁGUAS DE JUTURNAÍBA S/A

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

12 - Intangível

	Taxa de amortização anual	2010			2009
		Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Softwares e aplicativos	20%	179.846	(135.419)	44.427	46.325
Concessão/Infraestrutura		36.553.389	(4.015.802)	32.537.587	-
Infraestrutura em construção		498.432	-	498.432	-
		<u>37.231.667</u>	<u>(4.151.221)</u>	<u>33.080.446</u>	<u>46.325</u>

Os valores reconhecidos no Intangível e acima demonstrados como Concessão/Infraestrutura, representam o valor de custo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação de serviços de concessão e sua respectiva amortização acumulada, calculada com base no prazo do contrato de concessão, sendo esse montante em 31 de dezembro de 2010 composto pelos seguintes ativos:

	2010		2009	
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Concessão - Infraestrutura				
Adutoras	1.052.976	(115.111)	937.865	1.016.567
ETA	1.099.059	(157.919)	941.140	1.020.117
ETE	12.850.076	(1.423.756)	11.426.320	12.385.172
Rede de Abastecimento - Águas	6.744.939	(900.988)	5.843.951	6.334.353
Rede de Coleta - Esgoto	12.641.218	(1.271.743)	11.369.475	7.092.902
Terrenos	61.150	(7.670)	53.480	57.968
Benfeitorias em Imóveis de 3os	55.123	(5.801)	49.322	36.855
Máquinas e Equipamentos	1.562.926	(129.646)	1.433.280	893.463
Equipamentos de laboratórios	40.398	(3.168)	37.230	16.229
Imobilizado em andamento	445.524	-	445.524	-
	<u>36.553.389</u>	<u>(4.015.803)</u>	<u>32.537.587</u>	<u>28.853.626</u>

13 - Diferido

	Taxa de Amortização Anual	2010		2009	
		Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Projetos de engenharia	20%	<u>887.992</u>	<u>(841.571)</u>	<u>46.421</u>	<u>133.138</u>
		<u>887.992</u>	<u>(841.571)</u>	<u>46.421</u>	<u>133.138</u>

O ativo diferido refere-se a projetos de engenharia, a partir de 01 de janeiro de 2009, os desembolsos referentes a tais despesas são consideradas como despesas operacionais, em virtude disso a concessionária optou por manter o saldo do ativo diferido existente em 31 de dezembro de 2008 até a sua realização total por meio de amortização, conforme explicado na nota 4i.





CONCESSIONÁRIA ÁGUAS DE JUTURNAÍBA S/A

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

14 - Empréstimos e Financiamentos

	Indexador	Juros	Garantias	2010	2009
BNDES	TJLP	6,5% aa	Fiduciária e Fiança	-	1.337.000
BNDES - Banco Alfa	TJLP	6,5% aa	Fiduciária e Fiança	6.224.152	6.065.600
BNDES - Unibanco	TJLP	6,5% aa	Fiduciária e Fiança	2.835.059	3.442.570
Alfa (FINAME)		4,5 a 5,5% aa	Fiduciária e Fiança	2.285.230	-
				<u>11.344.441</u>	<u>10.845.171</u>
Passivo circulante				2.219.315	1.755.045
Passivo não circulante				9.125.126	9.090.126

Os empréstimos e financiamentos a longo prazo têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	2010	2009
2012	2.584.638	2.128.500
2013	2.584.638	2.128.500
2014	1.865.905	2.128.500
Após 2014	2.089.945	2.704.626
	<u>9.125.126</u>	<u>9.090.126</u>

Os financiamentos obtidos junto ao Banco Alfa de Investimentos S.A. possuem como garantia um penhor de notas promissórias no valor total de 130% (cento e trinta por cento) do valor do crédito concedido ou do saldo existente e o aval solidário e proporcional dos acionistas.

Os financiamentos obtidos junto ao Unibanco S.A. possuem como garantia o aval solidário e proporcional dos acionistas.

Durante 2010 a concessionária levantou junto ao BNDES uma linha de crédito de FINAME PSI no valor de R\$ 2.285.230. Esta operação é amparada por garantia fiduciária prestada por Saneamento Ambiental Águas do Brasil – SAAB (controladora) e teve como objetivo a aquisição de máquinas e equipamentos, com a finalidade de expandir, modernizar e reforçar a infraestrutura para dar suporte à operação da concessionária.



. 17 .

CONCESSIONÁRIA ÁGUAS DE JUTURNAÍBA S/A

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Os contratos de FINAME PSI foram celebrados com carência de 12 (doze) meses para início da amortização do principal e com pagamento de juros trimestrais durante o período de carência e após com pagamentos mensais, com término previsto para 2015.

15 - Impostos e Contribuições Sociais a recolher

Os impostos e contribuições estão assim representados:

	2010	2009
Cofins a recolher	171.536	110.942
Pis a recolher	37.223	24.005
ICMS a recolher - diferencial de alíquota	7.345	7.720
IRRF a recolher	18.945	27.387
IRPJ - balancete suspensão	-	25.259
CSL - balancete suspensão	-	13.575
ICMS - Faturamento	-	6.272.882
Retenção de tributos	14.016	11.712
ISS a recolher	8.787	67.198
	<u>257.852</u>	<u>6.560.680</u>
Curto Prazo	-	287.798
Longo Prazo	-	6.272.882

16 - ICMS a Devolver – Clientes

As obrigações tributárias decorrentes da disputa judicial entre a concessionária e o Governo do Estado do Rio de Janeiro contra a cobrança de ICMS nas contas de fornecimento de água foram registrados na medida em que foram arrecadados, provisionados e depositados judicialmente.

Durante o ano de 2010, a Águas de Juturnaíba S/A obteve decisão favorável junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), da qual não cabem mais recursos, contra a cobrança de ICMS pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro nas contas de fornecimento de água. A concessionária firmou um Termo de Operacionalização junto ao Ministério Público e os Municípios de Araruama (inclusive Iguaba Pequena e São Vicente de Paula), Saquarema (inclusive Bacaxá), Silva Jardim objetivando dar transparência e regras claras à forma de devolução de créditos em favor dos clientes da concessionária.





. 18 .

CONCESSIONÁRIA ÁGUAS DE JUTURNAÍBA S/A

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Em 15 de outubro de 2010, a concessionária iniciou o processo de devolução de ICMS a seus clientes. O valor atualizado do ICMS a devolver – Clientes em 31 de Dezembro de 2010 é de R\$ 8.648.553.

17 - Provisão para Contingências

A Companhia tem ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	2010	2009
Contingências cíveis	537.402	1.317.260
Contingências trabalhistas	347.000	97.468
(*) ICMS Demanda Contratada - Ampla	852.240	589.657
	<u>1.736.642</u>	<u>2.004.385</u>

(*) A explicação sobre os processos de ICMS Demanda Contratada Ampla consta na nota 8.

- a) As ações trabalhistas, em sua maioria, têm causas e pedidos correspondentes à insalubridade, diferença de insalubridade, acidentes de trabalho, diferenças salariais (equiparação salarial), horas extraordinárias, intervalo para descanso e refeição na hipótese de turno de 12X36h, e responsabilidade subsidiária ou solidária como tomadora de serviços de empresas terceirizadas. A Administração da concessionária adotou o procedimento de constituir provisão dos processos de natureza prováveis e segundo nossos consultores jurídicos as contingências trabalhistas com grau de perdas possíveis são de R\$ 371.500.
- b) As ações cíveis, em sua maioria, têm causas na operacionalização e comercialização dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitários, destacando-se os seguintes questionamentos e pedidos: aumentos de tarifas, suspensão dos serviços por inadimplemento, eficácia no funcionamento do medidor de consumos, autos de infração por furtos de água, cobrança da tarifa mínima por economias, cobrança da tarifa progressiva e acidentes. A Administração da concessionária adotou o procedimento de constituir provisão dos processos de natureza prováveis e segundo nossos consultores jurídicos, para os processos de contingências cíveis com grau de perda possíveis, os valores são de R\$ 7.843.339.





. 19 .

CONCESSIONÁRIA ÁGUAS DE JUTURNAÍBA S/A

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

18 - Débitos com Partes Relacionadas

A concessionária mantém operação de mútuo com a concessionária Águas de Niterói, que totaliza R\$ 1.843.050 em 31 de dezembro de 2010 (R\$ 9.162.635 em 2009).

19 - Capital Social Realizado

O capital social em 31 de dezembro de 2010 e 2009 está representado por 5.699.850 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 1.899.950 ações ordinárias e 3.799.900 ações preferenciais.

O capital social subscrito é de R\$ 30.000.000 e o capital a integralizar é de R\$ 3.221.865, perfazendo R\$ 26.778.135 de capital social realizado.

20 - Seguros

A concessionária adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Na opinião da Administração, todos os ativos e as responsabilidades de valores relevantes e de alto risco estão cobertos por seguros.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis e, conseqüentemente não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

21 - Instrumentos Financeiros

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros foram determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologias de estimativa poderiam causar um efeito diferente nos valores estimados de mercado. Baseado nessa estimativa, a Administração entende que o valor contábil dos instrumentos financeiros equivale, aproximadamente ao seu valor de mercado. Não existiam operações com derivativos em 31 de dezembro de 2010 e 2009.